

## LEDOR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO OESTE DO PARÁ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

SANTOS, Sara de Almeida <sup>1</sup>  
SANTANA, Ana Cleude Costa <sup>2</sup>  
OLIVEIRA, Lilian Aquino <sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente relato visa descrever a importância do leitor humano na aprendizagem de pessoas cegas na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como opção metodológica de pesquisa, assumiu-se a abordagem micro-etnográfica realizada através da observação participante em uma escola estadual no município de Santarém, no Pará, em parceria com o Programa Residência Pedagógica, atrelado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará (PRP/Pedagogia/UFOPA), no período de seis meses. Em diálogo com os autores Dias e Vieira (2017) e Adams, Izidoro e Amaral (2020), entre outros, observou-se a ausência do profissional leitor em sala de aula e em como isso impacta no desenvolvimento do estudante cego, suas relações e aprendizado. Logo, demonstra-se que o fenômeno leitor humano na educação de jovens e adultos é uma realidade não efetivada que carece de mais atenção, tendo em vista a importância do seu trabalho na realidade estudada.

**PALAVRAS-CHAVE:** leitor humano; EJA; leitura e escrita.

### 1 INTRODUÇÃO

Como resultado parcial do aprimoramento formativo de professores e graduandos vinculados a instituições federais superiores através do Programa Residência Pedagógica (PRP), associado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), este trabalho visa relatar aspectos relacionados a importância atuação pedagógica do leitor humano no processo educacional de pessoas cegas na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para embasar teoricamente esta pesquisa, foram definidos os autores Dias e Vieira (2017) e Adams, Izidoro e Amaral (2020), entre outros.

Metodologicamente, este estudo reporta-se a abordagem micro-etnográfica, realizada através da observação participante, dialogando com autores que pesquisam

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista do Programa Residência Pedagógica, UFOPA, *Campus* Santarém, [sarine.almeida2016@gmail.com](mailto:sarine.almeida2016@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Educação Inclusiva (PROFEI), da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Preceptora do Programa Residência Pedagógica, UFOPA, *Campus* Santarém, [anacleudecs@gmail.com](mailto:anacleudecs@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação na Amazônia (PGDEA - Polo Ufopa), Docente orientadora (voluntária) do Programa Residência Pedagógica, UFOPA, *Campus* Santarém, [lilianaquino0110@gmail.com](mailto:lilianaquino0110@gmail.com).

a temática em questão, isto é, da acessibilidade conferida ao jovem e ao adulto com deficiência visual aos textos impressos, auxiliado por leitores em sala de aula.

Embora a lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, garanta o direito à informação e à comunicação a pessoa com deficiência em diversos contextos, inclusive educacional, não há uma regulamentação específica reconhecida pelo Ministério da Educação para a atividade de leitor humano nas escolas brasileiras da mesma forma que há para intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (Brasil, 2015; Adams; Izidoro; Amaral, 2020, p. 16).

Considerando o exposto, esta pesquisa está organizada para além da introdução, em três seções: a) percurso metodológico, onde apresentamos e descrevemos o fenômeno segundo o rigor acadêmico-científico de uma pesquisa micro-etnográfica; b) resultados e discussão, onde analisamos sob a ótica dos autores os dados coletados no decorrer do módulo e, c) considerações finais, onde validamos a importância da atividade ledora para o deficiente visual na educação escolarizada.

## 2 METODOLOGIA

A abordagem micro-etnográfica foi o referencial metodológico adotado diante da bibliografia disponível perante os descritores “leitor humano”, “EJA” e “leitura e escrita”, tendo em vista a procura do pesquisador pela compreensão do fenômeno em seu ambiente natural, respeitando o recorte temporal e espacial, na análise dos aspectos sociais de forma indutiva.

Conforme Silva e Mathias (2018, p. 55), ao “olharmos para determinados temas com objetivos qualitativos ao estudar certos grupos, a etnografia pode apresentar-se como uma base metodológica e teórica para a pesquisa, bem como uma estratégia, quando adequada aos propósitos pretendidos”. Experimentada no âmbito educacional, esta metodologia permite um exame aprofundado da realidade e dos fenômenos que configuram o espaço escolar brasileiro (André, 2005).

Além disso, este trabalho visa estranhar o familiar através da observação participante, “um processo fundamentado, utilizado como ferramenta de pesquisa, e como tal, está condicionada as etapas do rigor acadêmico-científico” (Silva; Mathias,

2018, p. 55) de uma pesquisa que se orienta na aproximação do pesquisador com o seu campo e com as pessoas que nela estão inseridas.

O fenômeno passa a ser deliberado a partir do Módulo II (Maio/2023 a Outubro/2023), onde acompanhamos a carência de demandas envolvendo os alunos com deficiência em sala de aula, em especial com o estudante com deficiência visual (DV), ao acessar as informações tradicionalmente escritas em tinta, sem poder recorrer a um leitor humano como mediador da informação.

Outrossim, o contato com a realidade pesquisada influi no entendimento de que a cegueira se apresenta categorizada em 3, 4 e 5 pelo CID-10 como o “comprometimento parcial ou total da função visual, congênita ou adquirida, que engloba a cegueira e a baixa visão” (Noffs; Ribeiro, Natel, 2022, p. 149), amplamente trabalhada na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), local institucionalizado que oferece atendimento e apoio, tanto aos professores quanto aos alunos matriculados na própria escola ou mesmo de outras instituições, que se responsabiliza pela organização de estratégias educacionais e pelo oferecimento de recursos acessíveis para com a pessoa com deficiência (PcD) (Pasian; Mendes; Cia, 2014).

Para a coleta de dados, fomos expostos sistematicamente a ambientes característicos da vida escolar, na cidade de Santarém, em uma atividade de intervenção viabilizada pelo Programa Residência Pedagógica (PRP/Capes), em parceria com Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e com escolas da região. Tal como a escola estadual, situada no centro urbano de Santarém, no Pará, que atende hodiernamente estudantes de bairros periféricos, bem como dos arredores, como no caso dos alunos da educação especial, que por sua vez, matriculam-se em busca de uma instituição tida como referência no atendimento educacional especializado. O educandário também conta com uma vasta adesão de jovens e adultos na modalidade de ensino EJA.

Neste panorama, está o estudante com DV, inserido em um contexto de recorrente adequação quanto adaptabilidade de seus trabalhos e provas, sem o auxílio de um leitor humano, profissional especializado que tem exercido “atividades complementares oferecidas na prática de atendimento educacional especializado, nas salas de recursos multifuncionais, bem como em diversas situações quotidianas, visto que, grande parte do material escrito não está disponível ou transcrito para o Sistema

Braille” (Dias; Vieira, 2017, p. 181), ou seja, é o mediador que faz a leitura para o não vidente, responsável por expressar oralmente as nuances presentes em textos e imagens. Usufruindo de um leitor de tela, como o *smartphone* com síntese de voz, o aluno tem acesso à leitura dos trabalhos disponibilizados posteriormente, que na ausência de um leitor humano, são acompanhados pelos colegas de classe em um aprendizado colaborativo, exercendo amadoramente a função de leitor em companhia da única Máquina Perkins Brailleur da instituição.

Após notoriedade *in loco*, as demais observações participantes transmutaram-se em notas de campo, que geraram relatórios de bordo e culminaram em análises presentes nos dados desta pesquisa acerca do fenômeno “leitor humano na educação de jovens e adultos”. Desta feita, a última etapa desse processo se encontra na produção do texto final, uma vez que “o texto etnográfico é criar a emergência de sentidos possíveis, mas também impossíveis para quem não viveu o campo tal qual o etnógrafo” (Borges; Castro, 2019, p. 410).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a observação participante, foi possível constatar o espaço escolar como ambiente favorável a inclusão, tendo em vista a convergência de jovens e adultos que carregam dentro si saberes que são compartilhados num lugar onde se educa e também é educado (Freire, 1987). Contudo, paradoxalmente é “um espaço de contestação, conflito e disputa socioculturais permanentes em busca de superação das diferenças ou, mesmo, da sua reprodução” (Guimarães *et. al.*, 2018, p. 40).

Em sala de aula, videntes e não videntes partilham de um denominador comum: a busca por autonomia. O estudante com DV, eventualmente, tem ao seu dispor *softwares* ou tecnologias assistivas que possibilitam o melhor aproveitamento de tarefas que seriam impossíveis ou difíceis de realizar, como o uso da bengala longa, leitores de tela e/ou de livros digitais, bem como a máquina de escrever em braille. Todavia, mesmo com a garantia de uma educação escolar inclusiva pela Constituição Federal (CF) de 1988, no inciso III do art. 208, que dispõe a literalidade do atendimento educacional especializado ao PcD na rede regular de ensino, “nem sempre são

garantidos os recursos e serviços que garantam sua permanência e conclusão; o leitor é um exemplo explícito disso” (Adams; Izidoro; Amaral, 2020, p. 17).

Apesar das inovações tecnológicas estarem presentes no cotidiano escolar e se tornarem, praticamente, extensões de nossos corpos, percebidos como aliados na aquisição e desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas por docentes engajados na promoção de um ambiente mais inclusivo, tais ferramentas não substituem por completo o sistema de leitura tátil e o leitor humano, tendo em vista a incapacidade das tecnologias em descrever elementos gráficos com tamanha precisão. Para sanar este empecilho, os colegas videntes auxiliam nas atividades escolares do estudante DV, fazendo a mediação oral das informações existentes nos textos codificados – transcritos em lousas, livros didáticos, provas –, que mesmo na melhor das intenções, atrasam tanto videntes como o não vidente, pois além de não terem formação específica como leitores, ambos estão em processo de aquisição e familiarização com a leitura e escrita, estando matriculados em uma etapa que compreende o 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Ter um leitor humano em sala de aula otimizaria tempo gasto e ainda “possibilita que ele acompanhe o desenvolvimento da aula na mesma velocidade que os demais alunos” (Adams; Izidoro; Amaral, 2020, p. 15) sem que traga prejuízos a sua formação.

Para muitos, a leitura e a escrita fundamentam o exercício intelectual do saber, contudo, esta percepção ganha outros significados no espaço escolar ao atender, também, as exigências do mercado de trabalho na preparação de trabalhadores aptos, herança dos modelos tecnicistas impostos a partir das reformas educacionais pós-golpe militar de 1964 (Ferreira, 2022; Marques, 2012).

Nota-se que muitos dos estudantes da modalidade EJA visam aprender a ler e a escrever para que consigam um bom emprego ou mesmo uma boa colocação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Porém, o comprometimento com esse objetivo também se estende a escola e corpo docente quando se trata do oferecimento, adesão ou busca por formações específicas voltadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em atividades que assegurem a continuidade do estudante nos estudos tão logo percebida a ausência de serviços especializados, como os prestados por profissionais leitores em sala de aula.

De forma geral, as discussões levantadas nos permitem entender que a presença do leitor humano é um recurso fundamental no processo de ensino e aprendizagem da pessoa cega, tendo em vista a incapacidade de tecnologias assistivas, como leitores de tela, de descreverem e interpretar gráficos, imagens, tabelas, entre outros. Do mesmo modo, os leitores também permitem transposição de barreiras existentes no seu percurso educacional, pois “a limitação das pessoas com deficiência visual não está na sua deficiência sensorial, mas nas deficiências do ambiente e de seus agentes, que sempre impõem barreiras para as interações sociais da pessoa cega” (Adams; Izidoro; Amaral, 2020, p. 3).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do fenômeno pesquisado, evidenciamos a importância do profissional leitor no ciclo educacional de jovens e adultos ao considerar, primeiramente, sua ausência no acompanhamento de um estudante cego em uma realidade aproximada, observada por estagiários/residentes no segundo ciclo modular, em uma escola estadual no Oeste do Pará. Notadamente, compreende-se o leitor humano como uma somatória dos recursos acessíveis, que em conjunto com o sistema de escrita e leitura tátil, auxiliam no aprendizado e socialização do deficiente visual, causando grande repercussão positiva em sua formação.

Mesmo com a leva de tecnologias assistivas despontando no horizonte de uma sociedade tecnologicamente versátil, deve-se considerar suas limitações no acesso à informação e interpretação dos conteúdos presentes em imagens. É necessário ampliar os estudos sobre os benefícios da presença do leitor humano no ambiente escolar, pois mesmo com os chamados “letores digitais” como alternativa viável, estes não chegam a substituir um sistema consolidado, como o Sistema Braille. Além disso, a presença dessas instâncias mediadoras requer maior difusão entre os docentes para que possam utilizar em sala de aula, visando o progresso dos educandos com deficiência, seja por meio de cursos ou formação continuada.

Em suma, deve-se questionar que tipo de leitura estamos falando quando se trata da cegueira na educação de jovens e adultos, para só então repensar a atuação

do leitor humano na escola. Até o presente momento corre sob tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 3.513/2019, que tem por prerrogativa a regulamentação do profissional transcritor e, sobretudo, do leitor humano nos estabelecimentos de ensino e nos processos de avaliação em larga escala. Regulamentada ou não, este projeto dá vez ao debate, pois centraliza a discussão a despeito da atuação e formação deste profissional no desenvolvimento da pessoa cega em seu aprendizado ou desempenho em avaliações, exames e provas, dando voz e ouvindo as pessoas diretamente envolvidas.

## 5 AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos os envolvidos no Programa Residência Pedagógica (PRP), realizado com o apoio do Instituto de Ciências da Educação (ICED), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Esta experiência foi fundamental em minha formação enquanto graduanda, pois à medida que me aproximo da conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, percebo que a oportunidade de desenvolver minhas habilidades em um ambiente escolar enriquecedor teve um impacto direto no tipo de professora que almejo ser. Manifesto meu reconhecimento pelo apoio, orientação e pela valiosa oportunidade de crescimento profissional e intelectual proporcionada pelos colegas residentes, preceptoras e orientadora, integrantes de um núcleo sólido de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia e o estudo da prática escolar cotidiana**. In: Etnografia da Prática Escolar. São Paulo: Papyrus, 2005.

ADAMS, F. W.; IZIDORO, V. R.; AMARAL, T. C. **A Máquina Humana e Seus Recursos: o Leitor Como Artefato à Pessoa com Deficiência Visual**. Revista Cocar, [S. l.], v. 14, n. 30, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas**

**Emendas constitucionais n.º 1/1992 a 110/2021, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão n.º 1 a 6/1994.** 57. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 18 de dez. de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.513, de 2019** - Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional do Ledor e do Transcritor, e dá outras providências, de 3 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2207951>>. Acesso em: 29 de dez. de 2023.

BORGES, Luís Paulo Cruz; CASTRO, Paula Almeida de. **A etnografia da escola: entrelaçando vozes, sujeitos conhecimentos e culturas.** Periferia, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 404–423, 2019.

DIAS, E. M.; VIEIRA, F. B. de A. **O processo de aprendizagem de pessoas cegas: um novo olhar para as estratégias utilizadas na leitura e escrita.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 30, n. 57, p. 175–188, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Z. M. A. S. *et. al.* **Leitura na EJA e inclusão social: Professora leitora da prova de química para cego.** Scientia Amazonia, 2018. p. 37-52.

MARQUES, Abimael Antunes. **A pedagogia tecnicista: um breve panorama.** Itinerarius Reflectionis – Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – Universidade Federal de Goiás. Jataí, v. 1, n. 12, 2012.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. **Salas de recursos multifuncionais: Revisão de artigos científicos.** Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 213–225, 2014.